

REPÚBLICA, IDENTIDADE NACIONAL E ANTI-SEMITISMO (1930-1945)

Maria Luiza Tucci Carneiro*

RESUMO: Este artigo trata de questões específicas ao caso dos poloneses e dos judeus imigrantes no Paraná, durante os anos 30 e 40. Situações similares ocorreram em outros estados brasileiros onde os núcleos de colonização européia se fizeram de forma marcante.

Procuramos demonstrar como que os ideais republicanos foram minados pela prática de um regime autoritário e anti-semita, colaborando para levar à agonia a República brasileira.

Durante o Estado Novo contrariou-se o ideal de uma sociedade pluralista que abrigasse etnias diversificadas. Apelou-se para o imaginário coletivo em busca de mistos raciais.

PALAVRAS-CHAVE: Anti-semitismo, racismo, Paraná, poloneses, judeus.

No decorrer do século XX e, mais especificamente, nos anos 30 e 40, assistimos ao "desmoronar" e à agonia da República brasileira, minada em seus propósitos e traída em seus ideais pelos profissionais do Poder. O ideário republicano, calcado no lema *Ordem e Progresso* prestou-se, nos anos que se seguiram à proclamação, a encobrir interesses de grupos preocupados em perpetuar privilégios herdados do Segundo Império.

Os ideais de *liberdade, igualdade e fraternidade* cooptados do Liberalismo e da Maçonaria foram esquecidos servindo apenas de refrão aos "poderosos da República". E a República, assim como a Monarquia, tornou-se velha, rançosa, responsabilizada pelo caos e pela desordem. Adjetivos qualificativos foram acionados por aqueles que fizeram a Revolução de 30 instaurando a Segunda República (1930-1937) seguida do Estado Novo (1937-1945), períodos marcados pelo autoritarismo corporificado na figura de Getúlio Dornelles Vargas.

Os ideais de *liberdade, igualdade e fraternidade* foram substituídos pela disciplina do corpo e do espírito, pelo culto a força e a raça eugênica. A

* Professora Doutora do Departamento de História/FFLCH da USP. Autora dos livros *O anti-semitismo da Era Vargas: fantasmas de uma geração* (São Paulo: Brasiliense, 1988); *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia* (São Paulo: Brasiliense, 1988); *O Racismo na História do Brasil* (São Paulo: Ática, 1994); *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX* (São Paulo: Edusp, 1994), em co-autoria com Boris Kossoy.

discriminação política e o preconceito racial transformaram-se em fermentos das inquietações interferindo no cotidiano dos anos 30 e 40. Instaurou-se a ditadura embutida no *slogan* do "nascimento de uma nova nação". O signo da *Ordem* continuou a ser reivindicado pelo Poder e conseguido às custas de repressão policial, da contenção da massa operária e do controle do pensamento.

Seduzido pela propaganda oficial estadonovista e fascinado pelas mensagens de *progresso*, o povo – sem perceber – aplaudiu a agonia da República e saiu às ruas para venerar Getúlio, "pai dos pobres". Infelizmente, os bastidores não são transparentes.

O golpe de 1937 representou o verdadeiro repúdio ao liberalismo político e econômico consumado com o fechamento do Congresso Nacional, a extinção dos partidos políticos, das eleições e das garantias individuais. Outorgou-se a nova Constituição conferindo plenos poderes ao presidente da República.

De uma forma geral, pairava no ar a idéia de que a "velha democracia liberal" estava em extinção. A Constituição de 34 passou a ser explicada como "fruto da confusão do momento histórico", enquanto que o liberalismo democrático "não se coadunava mais, de maneira alguma, com as aspirações nacionais"¹.

Apesar de se negar qualquer similaridade com os regimes nazi-fascistas e ditatoriais, a realidade brasileira dos anos 30 e 40 afinava-se com os rumos trilhados pelos países europeus cujos modelos ideológicos impressionavam os governantes e intelectuais integrados ao projeto político estadonovista. Mesmo assim, diziam-se *republicanos*:

"Há quem tenha procurado desvirtuar a linha de conduta que traçamos, vendo na expressão *Estado Novo* um outro regime, senão o mesmo que mantivemos até aqui – o *Republicano*. Temos usado a expressão *Estado Novo Brasileiro*, nascida do pensamento do próprio povo – que é soberano na sua escolha – para representar com ela uma época de *trabalho* e de reorganização social..."².

O nacionalismo alemão transformou-se em fonte de inspiração do que aqui se pretendia construir: um Estado forte. Gerou também a idéia de

-
- 1 GALVÃO, F. *Diretrizes do Estado Novo*. Rio de Janeiro: DIP, 1942 p. 25, 26. Nota: este trabalho mereceu a menção honrosa no concurso de monografias instituído pelo DIP.
 - 2 CARRAPETA, S.G. *A angústia do século XX e os problemas brasileiros*. Porto Alegre: Globo, 1940, p. 126, 127.

"perigo" – um perigo étnico – que colocava em questão a proposta da formação de um Estado nacional, uniformizado e padronizado culturalmente.

Estaria aqui simbolizado o ideal de *igualdade* apregoado pelos positivistas desde o século passado? Não, simplesmente. Esta uniformização cultural, étnica e unificação ideológica implicava na exclusão de grupos estranhos ao projeto de nacionalização e, também, de qualquer forma de contestação ao regime imposto. A hora era de recuperação dos mitos estigmatizados.

A *fraternidade* estaria expressa na atitude de solidariedade aos judeus perseguidos pelo nazi-fascismo? Ao contrário, fechamos-lhes as portas endossando a política de implantação do ideal de uma raça pura, ariana.

O tipo germânico tomado como modelo para o homem brasileiro e o regime nazi-fascista idolatrado pelos nossos dirigentes, se tornaram, subsequentemente, metas de homogeneização racial e praxis governamental para o Brasil; situação delicada no momento em que os Estados Unidos cobravam o cumprimento dos "ideais democráticos". Inclusive, a política de repressão institucionalizada adotada pelo Brasil contra as áreas de colonização alemã (1938), sob a denúncia de infiltração nazista, era contrária aos interesses da elite política que procurava manter um clima de indefinições entre os centros hegemônicos emergentes.

Endossando, por trás dos bastidores, a ideologia anti-semita adotada por Hitler e aplicada aos países do Reich, Getúlio Vargas encontrou uma forma de barganhar com a Alemanha, fazendo-se simpático aos olhos dos nazistas. Com esta atitude, o governo brasileiro encontrou clima favorável para a efetivação dos tratados comerciais, além de tentar o financiamento para a construção de uma siderúrgica em atendimento aos interesses do setor industrial.

Entre 1938 e 1939 o Brasil não só ampliou suas relações comerciais com a Alemanha – o que preocupava muito o governo americano – como também ocorreu um estreitamento de relações entre as Forças Armadas brasileiras e alemãs. Ideologicamente, figuras-chaves do Ministério Vargas, como Dutra, Góes Monteiro e Filinto Müller, tendiam abertamente para o Eixo, visto que este lhes oferecia melhores condições de rearmamento³.

Assim, a II República agonizou diante da valorização de um Estado forte, "tutor da sociedade civil". E foi como tal que o Poder acionou o preconceito racial contra judeus, negros e japoneses, alimentando valores adormecidos no inconsciente coletivo. Contrariou-se o ideal de uma *sociedade pluralista* que abrigasse etnias diversificadas. Defendeu-se, através de atos legais, a homogeneidade racial em favor dos arianos, elementos positi-

3 GAMBINI, R. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

vos para o configuração de uma raça forte e sadia. Combateu-se o comunismo – tratado como exótico – assim como repeliu-se o negro, o mulato, o japonês e o semita, sinônimos de impureza racial⁴.

Procurou-se através de decretos-leis e circulares secretas, converter as *diferenças em igualdade*. Mas, não com um sentido democrático e sim racista. O termo *eugenia* tornou-se constante nos discursos acadêmicos e políticos expressando ideais similares ao fascismo italiano que almejava, dentre seus objetivos, a "pureza da raça" pregada como necessária para a construção de uma "nova nação" e de um povo valorizado nos esportes.

Apelou-se para o imaginário a procura de "quistos raciais". Desafiava-se a todos e a tudo que pudesse descentralizar o regime. Sob o prisma do fenômeno emigratório, o governo Vargas definiu-se pelo triunfo do homem branco, não semita/não judeu. Uma política emigratória aberta à todas as etnias entraria em conflito com o ideário político proposto pelo regime estadonovista.

Assim, coube ao Poder fazer uma seleção arbitrária das significações apresentadas à massa como necessárias, deferindo a cultura⁵. Através da propaganda nacionalista o povo foi seduzido por mensagens legitimadoras, enquanto que à educação coube a tarefa de reforçá-las a longo prazo.

Buscava-se um modelo ideal de homem brasileiro e, diante deste impasse, é que percebemos a dificuldade que os profissionais do Poder tinham em lidar com as *diferenças*, fossem elas étnicas ou ideológicas. O governo Vargas teve como um dos objetivos "homogeneizar a população". Dedicou-se a elaboração – ao nível do ideal e da praxis – de um projeto educacional e de uma política emigratória em "prol do abrasilramento da República".

Procurou-se, de todas as formas, identificar e eliminar os *signos de erosão da identidade cultural brasileira*. E uma das primeiras iniciativas do governo foi a de investir contra os núcleos estrangeiros nas zonas de colonização, promulgando uma série de decretos destinados a conter as experiências educacionais que colocassem em risco a campanha de nacionalização e construção da identidade brasileira. Por outro lado investiu-se também contra os judeus que, além de serem acusados de "estrangeiros" eram, sob vários aspectos, rotulados de "indesejáveis".

De forma repressiva e interrompendo um processo cultural de muitos anos, decretou-se o fechamento de escolas, proibiu-se o ensino em língua

4 Semita era o termo empregado, genericamente, na documentação diplomática produzida pelo Ministério das Relações Exteriores para se referir aos judeus. Na documentação dita "secreta, reservada ou confidencial" este tema era identificado como "problema semita". Sobre este assunto CARNEIRO, M.L.T. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

5 BORDIEU, B. e PASSERON, J.C. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 20, 23.

estrangeira e os jornais tiveram que circular em português⁶. Esses fatos tiveram repercussão junto a imprensa dos países diretamente atingidos por esta nova política adotada pelo Brasil⁷, sendo que uma das maiores comunidades encontrava-se radicada no Paraná.

As primeiras iniciativas neste sentido, e que foram consideradas como "medidas rigorosas", partiram das autoridades estaduais do Paraná. No início de 1938 foram assinados decretos que proibiam, durante os três primeiros anos, o ensino de línguas estrangeiras nas escolas públicas. Nenhum estabelecimento escolar poderia ser mantido ou subsidiado pelos governos ou entidade estrangeiras. Esta determinação atingia diretamente as escolas rurais polonesas que perdiam sua razão de ser pois o seu exercício letivo durava apenas de dois a três anos⁸.

Decretos semelhantes – cuja severidade era atribuída ao chefe militar do Paraná – foram assinados em outros estados do Brasil. A *Gazeta Polska*, referindo-se ao caráter repressivo destes decretos, classificou-os de "fenômenos incompreensíveis do nacionalismo brasileiro":

"No Estado do Paraná, malgrado a atitude simpática do governador Manoel Ribas para com a colônia polonesa, o célebre General Vasconcelos poz-se a ditar leis como num país conquistado. Em poucos dias foram fechadas todas as associações, clubs, organizações sociais e escolas polonesas que não foram, nem na proporção de 10 por cento substituídas por outras brasileiras. A associação de cultura física '*Junak*' foi dissolvida no dia 4 de maio sob a pressão de 30 soldados armados e de vários agentes secretos, tendo-lhes sido imposto novos estatutos, que inibem de manter qualquer contato com a pátria de origem, tendo sido sua denominação mudada para a de '*Juventus*'"⁹.

6 SCHWARTZMAN, S. et alii *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/EDUSP, 1985, p. 149, 152.

7 Segundo informação da *Gazeta Polska* existiam no Brasil em 1938, 275 poloneses, dos quais 106.000 possuíam nacionalidade polonesa. O número de escolas era de 326 e o de professores de 352. 9.184 crianças freqüentavam escolas. Havia 265 organizações culturais e agrícolas. Havia no Brasil, 9.500.000 crianças em idade escolar, dos quais apenas 2.100.000 freqüentavam escolas. cf. "Ameaças ao regime escolar polonês no Brasil". IN: *Gazeta Polska*. Varsóvia, 11 Lutego, 1938.

8 "Passa-se mal no Brasil" IN: *Express Poranny*. Varsóvia, 21 mai, 1938, p.3. Ver também sobre esta questão "O perigo de desnacionalização dos poloneses no Brasil" IN: *Gazeta Polska*. Varsóvia, 11, mai, 1938; "Unificação do Brasil" IN: *Correio de Varsóvia*. Rio de Janeiro, 21 mar. 1938.

9 "Fenômenos incompreensíveis do nacionalismo brasileiro" IN: *Gazeta Polska*, 1938.

Os poloneses do Paraná, acuados pela repressão policial e pela conseqüente tentativa de desestruturação de sua identidade cultural, manifestaram-se diante do etnocídio do qual estavam sendo vítimas. Aos olhos das autoridades brasileiras, atitudes deste tipo foram rotuladas de "megalomania que, em dado momento de exacerbação, pode ter conseqüências sérias". Megalomania aqui traduzida pelo regime como sendo a "visão obsecada da Polônia de se tornar um império colonial"¹⁰.

O clima era de inquietação geral entre os poloneses. Em 1938 I.K.Janczewski escreveu um artigo para o jornal *Kurjer Warszawski* (*Correio de Varsóvia*) publicado em Curitiba e que mereceu comentários e transcrições no jornal *Warsawski Dziennik Narodowy* (*Diário Nacional de Varsóvia*):

"Os nossos nervos abalados pelo rápido desenvolvimento dos acontecimentos políticos foram levados ao auge pela publicação do decreto do Interventor do Paraná, Sr. Manoel Ribas, relativo à nacionalização das escolas...

O Estado do Paraná, onde existe uma colônia de 200 mil almas, está sendo dirigido por um forte governo nacionalista, do qual faz parte uma missão especial militar, chefiada pelo inspetor Veloso e de que são membros o Comandante Oliveira e o Cap. Pereira. Um deles declarou que os estrangeiros que porventura dificultem a nacionalização do país serão considerados como indesejáveis"¹¹.

A violência foi acionada como instrumento de domínio apoiada por uma base de poder: uma polícia política e seus informantes, atos legais, aparelho de propaganda, doutrinação e censura. Como muito bem lembrou Hannah Arendt em sua obra *Crises da República*:

"Poder e violência, ainda que fenômenos distintos, quase sempre aparecem juntos. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, sempre necessita de orientação e justificação pelos fins que persegue... e o que necessita de ser justificado por outra crise, não pode ser essência de coisa alguma"¹².

10 Ofício de J. de A. Figueira de Mello, da Legação dos Estados Unidos do Brasil em Varsóvia para Mário Pimentel Brandão, Ministro das Relações Exteriores. Varsóvia, 3 fev., 1938. In *missões Diplomáticas Brasileiras, Ofícios Recebidos*. 1938, p.1, A.H.I.

11 "Oscalenie Brazylji" In *Kurjer Warszawski*. Dnia, 13 mar. 1938.

12 ARENDT, H. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1983, p.117, 120. Ver também, sobre este assunto: CANCELLI, E. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília, UdUNB, 1993.

Ao investir contra os poloneses, o governo investia também contra os judeus. Por volta de 1936, as autoridades diplomáticas brasileiras sediadas em Varsóvia, vasculharam – a pedido do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – a documentação arquivada sobre a emigração polonesa para o país. J. Wojcikowna, auxiliar do Consulado Geral do Brasil, averiguou ficha por ficha, arrolando estatisticamente o número de emigrantes poloneses que para cá se dirigiam. Constatou que, em 1935, embarcaram 1641 emigrantes sendo 789 judeus e 90 falsos judeus agricultores. Dos 73 poloneses que entraram no Brasil durante o mês de junho, 63 eram judeus¹³.

Este número foi considerado como "apavorante". Clamava-se por providências que viessem a "por em terra a sofisticaria de emigrantes agricultores judeus". Na opinião de Edgardo Barbedo, diplomata brasileiro sediado em Varsóvia, as autoridades polonesas estavam facilitando documentos de "falsos agricultores" aos judeus com a condição de que eles prometessem abandonar aquele país. Estavam envolvidas, segundo Barbedo, as companhias de colonização *Terras Norte do Paraná – Inglesa* e a *Colônia Marques de Abrantes-Curitiba*¹⁴.

Apesar de sugerir ao governo brasileiro que ficasse atento à estes mecanismos, o Cônsul Barbedo ressaltou que até então tais companhias haviam fornecido gente boa e amiga do campo:

"O polonez é um elemento precioso de trabalho, a economia nacional do Paraná e em outros Estados já lhe deve muito. Lá, entre os pinheirais do Paraná ou perdido nas campinas das Missões vive contente no amanho da terra"¹⁵.

Entretanto, preocupado com o grande número de falsas cartas de chamada portadas pelo poloneses que se dirigiam ao Brasil – "malha por onde entra a escória judenda" – o diplomata anti-semita encerra seu ofício lembrando que:

"De tempos imemoriais é sabido que o judeu não é agricultor. Vive ele do baixo comércio, explora a miséria alheia e muitas vezes a própria"¹⁶.

13 Ofício de Edgardo Barbedo do Consulado Geral do Brasil em Varsóvia para Jorge Latour, Encarregado dos Negócios do Brasil em Varsóvia. Varsóvia, 19 out. 1936 IN: *missões Diplomáticas Brasileiras, Ofícios Recebidos*, out. 36 a 37, p.3 A.H.L.

14 *Idem*, p. 3.

15 *Idem*.

16 *Idem*, p.4.

Devemos considerar que, por trás destas manifestações de anti-semitismo de parte da diplomacia brasileira e do processo de nacionalização, estava a apreensão do governo com as atitudes ditas "expansionistas" da Polónia considerada como uma grande potência e com atitudes de país imperialista¹⁷.

Segundo Jorge Latour, o governo polonês procurava encobrir suas verdadeiras intenções tentando fazer a compra de latifúndios no Brasil acobertando o governo, real proprietário, com o nome de sociedades ou sindicatos aparentemente privados. Da mesma forma promovia, segundo o referido diplomata Latour, a criação de "sociedades de intuitos ilusoriamente confraternizadores, com publicações e métodos de propaganda divina". Como evidência desta realidade cita a *Sociedade Polono-Brasileira "Kosciusko"* que mantinha filiais em Curitiba e Porto Alegre.

Acreditava-se que através de um acurado "plano de colonização dirigida e localizada", o governo da Polónia estava incrementando, cada vez mais, a "polonização" do filho do polonês nascido no Brasil através de uma imprensa própria que, nos estados sulinos, circulavam em idioma polonês.

Outro alerta foi contra a criação e a subvenção de escolas primárias em territórios da República brasileira facilitada pela "vigilância deficiente e precária das autoridades do ensino no interior do país". Segundo nosso Encarregado de Negócios, Jorge Latour, o governo polonês através do Sindicato de Emigração e do Ministério de Assistência Social (aos quais correspondia uma secção de emigração do Ministério dos Negócios Estrangeiros) tentava dificultar, por todos os modos, o contrato de imigrantes destinados a outros estados que não fossem Rio Grande do Sul e Paraná onde possuíam vastas terras com título regular de propriedade.

Uma das possibilidades alegadas é que o Paraná estivesse servindo de "ponte" para outros núcleos de colonização sistemática já formados na Argentina e Paraguai. Portanto, com tantos argumentos, nada mais lógico do que a tentativa do governo brasileiro de minar, por todos os lados possíveis, a comunidade polonesa instalada no sul do país.

Uma outra razão apresentada como prova das intenções imperialistas da Polónia no Paraná foi a inscrição dos estatutos da "União Central dos Poloneses no Brasil" no livro de *Registro de Sociedades de Curitiba*. Segundo as autoridades diplomáticas, esta entidade – valendo-se do que dispunha o artigo 18 do Código Civil, sobre sociedades de fins civis – "gozava de favores excepcionais

17 Offício de Jorge Latour para Mario Pimentel Brandão, Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores, out. 36 a 37. A.H.I.

e com eles encobrendo actividades cujo alcance e conseqüências exatas eram difíceis de aquilatar"¹⁸. Esta sociedade, "secretamente subvencionada pelo governo polonês com verbas criadas para o expansionismo", na realidade teria "fins políticos e atentatórios à soberania nacional"¹⁹.

A versão oficial era a de que através desta sociedade conseguia-se burlar a lei de emigração vigente (Art. 8º, letra e, e do Decreto nº 24.259 de 16.05.1934), possibilitando aos poloneses – então "estrangeiros indesejáveis" – de entrarem em território nacional para *fins de ensino*; fato que os isentava da exigência de apresentarem cartas de chamada.

Esta forma, inúmeros poloneses sob o título de "professores" teriam sido "convidados" pela referida sociedade que lhe arbitrava um ordenado. Aparentemente estariam sendo contratados para servir em escolas polono-brasileiras no Brasil. O cônsul Edgardo Barbedo chegou a documentar tais acusações com o objetivo de comprovar a plasticidade e o sub-reptício dos métodos empregados pelo chamado "imperialismo polaco". Neste caso estariam envolvidos os seguintes "professores":

- Tadeuza Borkowski, de Escola de Santa Catarina (convite nº 1.135)
- Tadeu Wosniak, da Escola Polono-brasileira de Cruz Machado-PR (convite nº 1.137)
- Tadeu Murawsky, do Colégio Nicoláo Copérnico, em Marechal Mallet-PR (convite nº 1.139)
- Luiz Lawski, do Colégio Henrique Sienkie, de Curitiba-PR (convite nº 1.139)²⁰.

Nem mesmo o Consulado Geral da Polônia, sediado em Curitiba, escapou desta forma sutil de acusações, mescladas por um exacerbado nacionalismo: aquele órgão dispunha "de mais de 25 funcionários de quadro, fora os residentes por ele contratados". Na opinião de Barbedo, o governo brasileiro deveria manter vigilância metódica com o objetivo de conter o "expansionismo" polonês no Sul do Brasil e, por outro lado, impedir a entrada de judeus, acusados de serem "falsos agricultores".

18 Ver Livro nº 2 do Registro de Sociedades de Curitiba, N° 41, 28 abr. 19 IN: *Missões Diplomáticas Brasileiras, Ofícios Recebidos*, out. 36 a 37, p. 3 A.H.I.

19 *Idem*, p. 3.

20 *Idem*, p. 4.

Este estado de alerta – traduzido pela política de nacionalização e pela aplicação de uma política anti-semita – ocasionou atitudes de resistência. É comum, no momentos de *aceleração da história*, o apego ao passado, à língua materna e às tradições religiosas como forma de resistência e de preservação da identidade cultural; mesmo quando o grupo étnico já se adaptou à realidade brasileira e seus representantes já se encontram na segunda ou terceira geração. Muitos dos "poloneses", "alemães" e "italianos", atingidos pela política de nacionalização adotada por Vargas, já eram brasileiros natos. No entanto, carregavam o estigma de serem *filhos de imigrantes e/ou neto de judeu*.

Todas estas questões compartilhavam do projeto político proposto pelo regime estadonovista que recolocou em cena o nacionalismo, unindo o pensamento dos governantes e dos intelectuais como uma nova resposta à crise do mundo liberal²¹. Este misticismo que envolveu o novo regime, após 1937, era decorrente da ideologia do nacionalismo burguês caracterizado pela construção do Estado Nacional.

Este não foi um caso específico do Brasil, mas um modelo importado da Europa onde a Alemanha e Itália já colhiam suas glórias de "nação forte". Só que estes movimentos nacionalistas eram de cunho "separatistas", daí a insistência na eliminação das diferenças étnicas e lingüísticas. Neste caso percebemos uma clara distinção com "alguns dos mais antigos e inquestionáveis Estados-Nações onde não se chegou a negar", segundo Eric Hobsbawn, a real "multinacionalidade ou a multilinguagem ou multiétnicidade" como aconteceu na Grã-Bretanha, França ou Espanha²².

Apresentava-se como imperativo a formação de uma raça homogênea, de um povo integral adaptado à realidade social de seu país e preparado para servi-lo. Essas propostas políticas – um fim a ser urgentemente atingido – foram marcadas por duas diretrizes tendo em conta a alegada gravidade daquele momento histórico:

- a proteção ao homem brasileiro;
- o progresso material e moral do país.

Assim, a assimilação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que haviam se instalado no Brasil desde as últimas décadas, transformaram-se em *questão de segurança nacional*, ameaçando a ordem social e a formação da consciência patriótica brasileira. Neste contexto, o judeu imigrante se pres-

21 OLIVEIRA, L.L. *Elite Intelectual e debate nos anos 30*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/INL/MEC, 1980 p. 42,43.
22 HOSBSBAWN, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1780*; Tradução Maria Célia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 45.

tou à figura do "estranho sem pátria", carregando consigo uma forte estigmatização político-ideológica; argumento que compunha as justificativas da proposta de nacionalização enfatizadas pelo governo.

Apesar das proibições e do clima de tensão gerenciado pelas autoridades diplomáticas brasileiras, os judeus foram chegando, silenciosamente. Adequaram-se ao cotidiano brasileiro sem encontrar explicações para o livre trânsito que os nazistas alemães tinham pelos núcleos de colonização sediados no sul do país.

As circulares secretas que entraram em vigor contra o imigrante judeu a partir de 1937, a correspondência anti-semita que circulou por entre os ministérios e missões diplomáticas brasileiras, a publicação de obras integralistas e católicas de caráter anti-judaico e os discursos em prol da configuração de uma raça ariana pura, nos comprovam que a República Vargas não teve a sensibilidade – e nem estava preocupada com isto – para entender o "outro".

A desativação dos sistemas educacionais implantados pelas comunidades alemãs, polonesas e italianas radicadas no Brasil, a proibição do uso da língua de origem e a prisão daqueles que foram identificados como judeus/comunistas, simbolizou o suicídio simbólico de várias etnias que, por si só, criaram alternativas de resistência.

Cabe ressaltar que o imigrante ou o filho de imigrante que perde sua estrutura lingüística e cultural; o judeu que tem suas tradições religiosas interrompidas, torna-se um "homem mutilado". A memória coletiva se faz pelo acúmulo permanente das tradições edificadas a partir de experiências dos mais velhos, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Um patrimônio cultural se constrói pela criação de um passado comum, onde raça e religião não devem constar como critérios de seleção e a violência não deve persistir como instrumento legal.

A cultura não se constrói e nem se edifica uma nova – dita autêntica, nacional – através da destruição de outras. As raízes são sempre significativas, simbolicamente falando. Felizmente estas comunidades – alemãs, italianas, polonesas e judaicas – resistiram e hoje são partes integrantes da nação brasileira – um mosaico de etnias.

ABSTRACT: This article deals with specific issues relating to Polish and Jewish immigrants in Paraná during the 1930s/40s. Similar situations took place in other Brazilian states where European colonization nuclei were established.

The Republican ideals were shattered by an authoritarian and anti-semitic regime during the *Estado-Novo*. This led to the distress of the Brazilian Republic and was contrary to the ideal of a pluralist society which would embrace diverse ethnic groups. There was an appeal to the collective imaginary in search of racial clusters.

KEY-WORDS: antisemitism, racism, Paraná, Poles, Jews.